

# A língua geral amazônica no Grão-Pará cabano: revisitando conceitos

*Amazon general language in Grão-Pará cabano: revisiting concepts*

Welton Diego Carmim LAVAREDA\*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

**RESUMO:** Trata-se de um estudo que problematiza a utilização do termo “língua geral” referindo-se à amplitude de uso do patrimônio linguístico mobilizado pelos cabanos à época da Cabanagem. O processo de teorização dos conceitos ocorrerá por meio de um diálogo entre os escritos de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2010a; 2010b), Rosa Silva (2004) e Dante Lucchesi (2015), na busca de desmembrar gestos interpretativos que tornem mais plural o olhar sobre o projeto lusitano de governo da língua portuguesa como manifestação linguística oficial do Brasil. Assim, pela perspectiva de discursivização das línguas potencializada pelo dispositivo colonial, limitaremos alguns acontecimentos discursivos em suas especificidades para reagrupá-los em uma rede de memória, observando a hipótese de indícios que possam evidenciar o nheengatu como uma língua crioula no Grão-Pará cabano e, ao mesmo tempo, como mais um traço cultural solidificado por diferentes grupos sociais do território amazônico para fazer valer seus interesses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nheengatu. Cabanagem. Aspectos sociais. Estudos do Discurso.

**ABSTRACT:** This is a study that problematizes the use of the term “general language” referring to the range of use of the linguistic heritage used by the cabanos at the time of the Cabanagem. The process of theorizing the concepts will occur through a dialogue between the writings of Michel Foucault in the framework of discursive studies (2010a; 2010b), Rosa Silva (2004) and Dante Lucchesi (2015), in the search to dismember interpretive gestures that make more plural the look at the Lusitanian project of governing the Portuguese language as an official linguistic

---

\* Doutor em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto do Instituto de Letras e Comunicação (ILC-UFPA), atuando na área de Ensino-Aprendizagem de línguas e formação de professores. Coordenador do Projeto de Pesquisa “Governo da língua: da Cabanagem à modernidade recente” (ProDoutor-FAPESPA). E-mail: [weltonlavareda@ufpa.br](mailto:weltonlavareda@ufpa.br)  
Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-6260-3558>

manifestation of Brazil. Thus, from the perspective of language discourse enhanced by the colonial device, we will limit some discursive events in their specificities to regroup them in a memory network, observing the hypothesis of evidence that may evidence Nheengatu as a creole language in Grão-Pará Cabano and, at the same time, as another cultural trait solidified by different social groups in the Amazon territory to assert their interests.

**KEYWORDS:** Nheengatu. Cabanagem. Social aspects. Discourse Studies.

## Introdução

*“[...]Nty kuri auá onhana suainhana remundé, iaiuká kuri  
aeté opãe. Iandé paia Kuarasy, iandé maia Iasy okuau ana  
iandé kyrymbasaua”.*  
*“[...]Uirandé iané paia Kuaracy opuamo remundé,  
iandé tuhixaua rayra osu kuri Teiu  
Yuytyra ara kyty, asuhi omanhana arama  
maeramé nhaa mira osyka.”*  
Kukuhy, *Narrativa Baré*<sup>1</sup>

Quando pensamos no processo de colonização linguística que envolve o cenário amazônico do início do século XIX, especialmente as movências históricas constituidoras da Cabanagem (1835-1840), é quase uma unanimidade atribuímos a dimensão de equivalência semântica aos conceitos Língua Geral Amazônica (doravante LGA) e nheengatu. Entretanto, se partirmos para uma análise mais vertical sobre jogos de poder e de força que envolvem essas categorias ao longo da história do Brasil, notaremos uma brecha discursiva que precisa ser devidamente problematizada, sobretudo, no Grão-Pará cabano<sup>2</sup>.

A Cabanagem, vale o registro, foi um acontecimento marcado pela forte participação da população local, composta em sua grande maioria por indígenas e negros, representante de uma tática de força maior contra a autoridade constituída pelo pacto

---

<sup>1</sup> “Ninguém há de correr em face do inimigo, havemos de matar todos eles. Nosso pai o Sol, nossa mãe a Lua, conhecem já a nossa valentia” “[...] Amanhã, antes de nosso pai o Sol levantar-se, o filho do nosso tuxaua deve ir em cima da Serra do Teju, para de lá vigiar quando esta gente chega”. (*Narrativa Baré em nheengatu*). Trecho Das Narrativas indígenas recolhidas por Max J. Roberto, transcritas por Antônio Amorim.

<sup>2</sup> A América portuguesa era formada por dois (2) grandes núcleos coloniais. O Estado do Brasil com a capital a princípio Salvador, porque em 1763 passa a ser o Rio de Janeiro, e o Estado do Maranhão e Grão-Pará cuja capital era São Luís, mas em 1737 muda para Belém e passa a se chamar Grão-Pará. Na época, vale lembrar, a Província do Grão-Pará incluía territórios que hoje pertencem a Roraima, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

orgânico instaurado no Brasil Império, desencadeando a mais sangrenta e importante insurreição popular no período da Regência Una de Diogo Feijó.

Os cabanos representaram a resistência a uma nova forma de colonização e entraram para a história oficial do país como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”. Na madrugada de sete de janeiro de 1835, sob o comando de Antônio Vinagre, assumiram o controle da Província do Grão-Pará com o objetivo de derrubar as táticas de um governo de exceção e inaugurar uma outra forma de governamentalidade no território. Quando o quartel e o palácio do governo de Belém foram conquistados pelos rebeldes, o então presidente da Província Lobo de Souza foi assassinado e substituído por José Clemente Malcher. No entanto, em razão de muitas divergências internas cabanas, Malcher foi rapidamente deposto, sendo sucedido na presidência por Francisco Vinagre, e finalmente, “[...] por Eduardo Angelim que comandou os revolucionários cabanos durante alguns meses, até a repressão maior comandada pelo Marechal Francisco José Soares Andréa, enviado pelo governo central para destruir o movimento, deixando mais de 30 mil mortos” (FIGUEIREDO, 2016, p. 177).

Ao visibilizarmos esse palco para uma reflexão sobre as línguas (e, naturalmente, suas implicações para uma dada gestão da língua portuguesa na Amazônia brasileira) potencializamos um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas que cobrem tanto as revisões (re)conceitualizadoras, como tentativas de expandir determinadas operacionalizações teóricas.

Ponto chave para a partir dos estudos discursivos foucaultianos, portanto, fazemos aqui um novo investimento de pesquisa para trazer das sombras alguns saberes soterrados pela história oficial, realocando-os em outras memórias e, em um mesmo gesto, elaborar uma outra versão sobre a história das línguas na Pan-Amazônia.

Deste modo, considerando o referencial do estudo do discurso da maneira como o praticamos no Brasil, com a especificidade do trabalho arqueogenealógico de Michel Foucault (2010a; 2010b; 2016), analisamos nesta empreitada de escrita a utilização da dimensão de “língua geral” referindo-se à amplitude de uso do patrimônio linguístico mobilizado pelos cabanos à época da Cabanagem (1835-1840). Nesta direção, então, nosso movimento analítico também se dedicará a explicitar e espelhar as estratégias discursivas de imposição de uma dada língua, para apresentar de forma mais verticalizada

alguns desdobramentos do gerenciamento das línguas europeias, das línguas indígenas e das línguas africanas, delineadoras da história do português do Brasil.

Nossa principal intenção neste texto, portanto, tem caráter mais “especulativo-propositivo”, ou seja, o foco é estabelecermos uma proposição pela qual seja possível situar uma relação conceitual na qual os sujeitos e a história sejam mais acionados. Posicionamento que torna plausível vislumbrar o *nheengatu*, à época da Cabanagem, em um outro possível gesto de leitura presente no processo de governo da língua agenciado pelo dispositivo colonial de 1835-1840 na Amazônia brasileira, isto é, enquanto um sistema “[...] auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente inteligíveis entram em contato mais estreito” (COUTO, 1992, p. 71). Ao tratarmos de governo da língua ...

[...] falamos de um sistema de restrição linguística, dependente do poder instituído e da conjunção e correlação de forças sociais no curso da história, funcionar também como um elemento primordial para a dominação, processos de conquista e, posteriormente, atuar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Fazemos referência, portanto, à língua do colonizador, em especial, a língua portuguesa (LAVAREDA, 2021, p. 54).

Daí a necessidade de conexão entre o acontecimento histórico e o acontecimento discursivo, isto é, o primeiro é o “combustível” da produção do segundo, que não acontece sem o suporte material da realidade. Assim, para movimentarmos as mudanças discursivas e as rupturas em uma dada rede de memória, é imperativo o uso da categoria acontecimento discursivo como “bússola” para mapearmos as derivas possíveis de sentido em um enunciado determinado ou em uma série enunciativa. Logo, operacionalizar conceitualmente atualidade e memória também é navegar por “[...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

Ao mobilizarmos a dimensão de acontecimento discursivo, adotando como premissa o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, fazemos referência ao espaço em que um determinado enunciado é repetido, atualizado, rememorado. Oportunizando, sobretudo, um deslocamento e uma desregulação nos ‘não ditos’ associados ao sistema de regularização anterior. Assim, pode-se compreender que o acontecimento discursivo provoca uma nova possibilidade para o enunciado produzir outras significações, porém ele não apaga as teias significativas anteriores, ou seja, ele

instaura uma relação tensa com a memória que tenta adequá-lo em uma dada ordem de repetibilidade e com um possível novo discurso.

Aspectos impulsionadores, por conseguinte, de nossas análises sobre o cenário linguístico colonial, com base em Antoine Meillet (2020), à observação dos fatos de linguagem por meio de um prisma obrigatoriamente social, uma vez que o exame da língua em si e por si mesma é insuficiente para dar conta dos fenômenos de mudança linguística ao longo dos séculos.

Posto desta forma, na busca de sistematizar a pesquisa para além desta Introdução, o trabalho está dividido em dois momentos, a saber: no primeiro, procuramos discutir sobre as questões teóricas, as quais fornecerão o suporte metodológico adequado para a compreensão dos movimentos analíticos. E, em um segundo momento, discutimos sobre a dimensão de “língua geral” para que possamos compreender com mais propriedade as dinâmicas de espacialização linguística com base na interação que ocorre entre os sujeitos, enraizada nas práticas discursivas, observando a hipótese de indícios que possam evidenciar o ‘nheengatu como uma língua crioula’ (COUTO, 1992; LUCCHESI, 2015) no Grão-Pará cabano e, ao mesmo tempo, como mais um traço cultural historicamente solidificado por diferentes grupos sociais do território amazônico para fazer valer seus interesses<sup>3</sup>.

## 1 Diálogo teórico-metodológico

Nas palavras introdutórias deixamos claro que nossa abordagem trabalha o conceito de língua para além de suas possibilidades internas. Logo, para nós, o que torna um ato de fala em enunciado é justamente a função enunciativa, ou seja, “[...] o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sociohistóricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2012, p. 42).

---

<sup>3</sup> A categorização *crioula* aqui foi pensada vinculada ao campo da *Crioulística Pós-Colonial* (DEGRAF, 2005). Orientação teórica que não visualiza as línguas *crioulas* no rastro do racismo científico (dos critérios de etnicidade) preponderante na cultura europeia do século XIX. Logo, nos permitimos olhar para as línguas *crioulas* de dentro das cosmologias em que são faladas e não buscando justificar o escravizado negro (ou qualquer sujeito) por meio da representação de incapaz de falar uma língua digna de um nome, ou mesmo uma única língua, ou seja, o que nos interessa mais de perto são as condições sociohistóricas em que estas redes de sensibilidades linguísticas foram forjadas a partir de extenso contato de línguas.

O que pretendemos, então, a partir da arqueogenealogia anunciada, é continuar o movimento de devolver à discursividade sua espessura histórica, evidenciando a perspectiva de governo da língua constituinte no tecido da memória, “[...] uma vez que os lugares de memória dos discursos são eles mesmos” (NAVARRO, 2020, p. 14). E isso só é possível se descrevermos a maneira como se entrecruzam historicamente regimes de práticas linguísticas e séries de enunciados, rearticulando o linguístico, o discursivo e o histórico, na direção apontada por Michel Foucault (2010a). Falamos aqui, por conseguinte, da precisão constante de deslocarmos “[...] os discursos escritos-legítimos-oficiais para o registro dos diálogos, réplicas, narrativas, histórias, provérbios, aforismos etc” (GREGOLIN, 2012, p. 46).

Em outras palavras, de acordo Foucault (2010c), a arqueologia seria o método próprio de análise das discursividades locais, designando o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades.

Ao elencarmos os caminhos analíticos para esta investigação, portanto, tomamos o fazer genealógico como um modo de desestabilização de alguns saberes formados pelas ciências do homem, a fim de pensar outros construtos teóricos e outras ferramentas analíticas para dar conta do que entendemos por *nheengatu* à época da Cabanagem e de como podemos conduzir uma arqueogenealogia a partir do multilinguismo presente na Pan-Amazônia, nos fluxos migratórios, enquanto artefatos de um estudo discursivo. Assim,

[...] a *arqueogenealogia*, é, conseqüentemente, referencial teórico, atitude analítica e método ao mesmo tempo. E os saberes dominados são blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição (NEVES-CORRÊA, 2018, p. 39).

Ponto chave para tratarmos a dimensão de língua na direção de uma função enunciativa determinada, em uma dada época e para alguma área social por condições específicas de possibilidades de dizer (e de fazer), “[...] alinhadas por relações de saber e de poder, isto é, como uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2010a, p. 133).

Peculiaridades analíticas as quais atribuem a este artigo um lugar de investimento em uma redefinição da vida social cabana em que a “[...] ciência deixa de ser ‘legisladora’

e passa a ser um modo de criar inteligibilidade sobre as mediações culturais, construindo uma nova forma de oportunizar o conhecimento em nossos tempos, ainda que diversas visões de tradição, de modernidade recente e de Pós-colonialismo coexistam em conflito” (MOITA LOPES, 2006, p. 31). Até porque estamos interessados em descrever, igualmente, outros regimes de visibilidade às relações de poder, governo da língua, colonização epistêmica na Cabanagem e, em igual medida, ressaltar que muitos esforços relacionados ao gerenciamento linguístico na Província feito pelo dispositivo colonial, por sua vez, abarcam o ritual da palavra, o incentivo à cultura letrada no Brasil e uma tecnologia político-administrativa cuja ação é regulamentar comportamentos coletivos movimentados pelo saber e pelo perfil europeus do período em evidência.

O dispositivo colonial, com seus contornos permeáveis, está diretamente relacionado à colonização europeia, iniciada com as grandes navegações no final do século XV e mantido bem vivo na atualidade, com seus reposicionamentos e suas novas possibilidades históricas. Podemos pensá-lo como um programa empreendido, a princípio pelos europeus com seus interesses comerciais, militares e religiosos, mas que também foi assumido pelas elites locais dos países colonizados, tanto na América como em outros continentes. Nossa proposta é concebê-lo como uma arquitetônica global que funciona por meio da articulação de vários outros dispositivos. Assim, conforme vislumbraremos em nossas análises, o governo dos corpos e da língua foi e continua sendo, historicamente, exercido pelo dispositivo colonial através da rede de outros dispositivos, como o bélico-militar, o pedagógico, o religioso, o jurídico, o escolar, o midiático etc (NEVES; GREGOLIN, 2021, p. 14).

Deste modo, ratificamos o quanto se faz fundamental pensar o gerenciamento linguístico como uma estratégia de controle do discurso, vinculada às normalizações impostas pelo dispositivo colonial, pela colonialidade do saber, pelo modelo de governo da língua portuguesa agenciado na Amazônia do começo do século XIX, tendo em vista que em determinado momento essas tecnologias político-administrativas tenham aparecido como uma ferramenta eficaz, racional, de um possível controle social na Província cabana. Ou seja, um efeito, segundo Foucault (2016, p. 365), “[...] que não estava de modo algum previsto de antemão e que passou a ser reutilizado com finalidades políticas e econômicas, que inicialmente nada tinham a ver com a astúcia estratégica produzida pela colonização no continente americano”.

Emergência colonial que se estabeleceu, inclusive, segundo Lavareda & Neves (2019), em uma nova tática de poder do discurso com objetivo de fortalecer a opressão

cultural e linguística na Amazônia, que de certa forma, ocupou também um espaço vazio nas medidas burocráticas de controle do Grão-Pará, já em chamas, com intenções diversas. Logo, é por meio destas perspectivas que vislumbramos este preenchimento estratégico do dispositivo colonial pela dimensão de restrição linguística, onde somente a cosmologia europeia poderia efetivar qual língua deveria ser adotada como “oficial” e, do mesmo modo, qual a dimensão de “língua geral” seria igualmente associada como “legítima” ao longo da história do Brasil.

Estender o panorama conceitual do governo da língua portuguesa para o âmbito da restrição, tendo em vista que o dispositivo colonial sempre efetivou o desejo de um ‘cenário monolíngue’ para o Grão-Pará, tem também por objetivo ampliar o escopo de reflexão sobre as manifestações linguísticas das populações de origem indígena, europeia ou africana no período da Cabanagem para além, por exemplo, de “processos de transmissão linguística irregular” (*ibid.*, 2019).

Dentro do plano de análise que estamos propondo agora, no entanto, é necessário especificar como os processos de gerenciamento da língua foram se transformando no decorrer do tempo. Afinal, no início não havia por parte da Coroa portuguesa nenhum interesse de estabelecer um processo de colonização linguística no Brasil, daí deixarem esta administração por conta dos jesuítas, como já bastante constatado no estado da arte sobre esta temática, e isso implicou na ‘invenção’ das línguas gerais.

Daí defendermos que as análises a serem delineadas nas unidades posteriores não podem se abster de uma perspectiva histórica, porque as movências do tempo são necessárias para se apurar como as metacategorias foram criadas, reforçadas, naturalizadas e, conseqüentemente, tomadas como discursos de verdade em (des)encontros coloniais integrantes de um conglomerado de diferentes recursos semióticos agregados.

[...] As línguas inventadas (línguas indígenas e africanas) foram tomadas como símbolo de autenticidade da chamada identidade “tradicional”, representação que, por sua vez, favoreceu o apagamento de discursos e experiências locais que não eram abarcadas por essa categoria. A política linguística tal como formulada e praticada não é capaz de lidar com as experiências comunicativas locais (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 110).

A postura arqueogenealógica que abarcará este tema, então, , pelo desafio que se assume, é um importante diagnóstico de como ainda nos intrigamos com as dimensões de linguagem, língua, discurso, política linguística, história que, no presente artigo, são o acesso às redes de memória e à espacialidade discursiva decorrentes da Cabanagem e, em um mesmo gesto, elementos fundamentais para questionarmos as meticulosidades, as fraturas que se impõem nas emergências da política linguística colonial - e seus efeitos na contemporaneidade -, portanto, “[...] na entrada em cena das forças” (FOUCAULT, 2016, p. 67), do discurso e do poder.

Com efeito, o que está sendo mobilizado conceitualmente neste tópico e aqui incorporado às condições de possibilidades históricas dos sujeitos que viveram os movimentos cabanos, designa aos processos de contato massivo e prolongado entre línguas, os quais a língua que detém o poder político é tomada como modelo (ou referência) para os demais segmentos do rizoma político-linguístico, às redes de afeto, de resistência ao longo do tempo.

Acontecimentos que, para nós, levantam a hipótese de que na época da Cabanagem o que se compreendia por Língua Geral Amazônica (LGA) era completamente diferente de séculos anteriores. Principalmente se colocarmos em cena os primeiros anos da colonização onde foram muito frequentes as relações entre homens portugueses e mulheres indígenas, “[...] um tipo de relação inicialmente favorecido por líderes indígenas com a intenção de firmar alianças estáveis com estrangeiros detentores de muitos bens materiais novos e desejáveis (facas, tesouras, armas de fogo etc)” (RODRIGUES, 2010, p. 37). Arranjos sociais que fizeram aos poucos crescer o número de mestiços, filhos de pais portugueses e mães indígenas, falando as línguas das mães e dos demais parentes, todos estes indígenas (já que “do lado paterno” os avós, tios, primos, ficavam em Portugal).

Posto desta forma, se toda língua franca é originalmente um *pidgin*, isto é, uma espécie de linguagem nova e inicialmente simples que emerge do contato (nem sempre amigável) entre dois ou mais grupos humanos que não compartilham uma mesma língua, que em seus estágios iniciais frequentemente é um recurso improvisado, reduzido a uma estrutura gramatical mínima, a partir do contato entre grupos populacionais para propósitos bem definidos e delimitados, tais como trocas comerciais ou em um contexto no qual os sujeitos não dispõem de um outro meio verbal comum de comunicação, - e um

detalhe valioso: não é falado como língua materna por ninguém – é fundamental um debate mais preciso e pontual sobre a relação de equivalência semântica entre LGA e o nheengatu em meio ao movimento de resistência dos cabanos.

Gesto de leitura que abre caminho para revisitarmos, de maneira mais crítica, o conceito de LGA comumente atribuído ao nheengatu na época da Cabanagem e, sem sombra de dúvida, verticaliza a historiografia do português brasileiro. Afinal, sabemos o quanto é problemático estabelecer categorias “universais”, conceitos “cristalizados”, para processos linguísticos tão heterogêneos como os que comumente constituem o caleidoscópio linguístico amazônico e seu cenário geopolítico.

## **2 Discussão: o caleidoscópio linguístico amazônico em evidência**

O desejo central deste tópico tem caráter mais “especulativo-propositivo”, ou seja, o foco é estabelecermos uma proposição pela qual seja possível situar uma relação conceitual na qual os sujeitos e as movências históricas sejam mais visibilizados, como já citado anteriormente, de modo que o ‘multilinguismo generalizado’ (SILVA, 2004) característico do Período Colonial brasileiro possa ter outras leituras possíveis. Posicionamento que torna plausível observarmos o nheengatu, à época das condições de possibilidades históricas constituidoras da Cabanagem, enquanto um sistema linguístico já em expansão, inclusive, gramaticalmente reestruturado.

Sabemos que a LGA foi o sistema de “[...] comunicação interna da Amazônia durante todo o Período Colonial e desempenhou funções que toda língua desempenha em uma comunidade, o que retardou o processo de hegemonia do português” (FREIRE, 2003, p. 197). E que as condições sociohistóricas pelas quais se espalhou pela Pan-Amazônia estão associadas a um intenso contato de línguas que inclui um *continuum* de assimetrias de poder. No entanto, vale destacar, por outro lado, à medida que a situação de contato se sedimenta com o passar das décadas, também ocorre a solidificação da interação entre os grupos sociais.

A situação da LGA e determinados aspectos de sua evolução, foram engendrados em um cenário de numerosas manifestações linguísticas por onde circulavam diferentes povos, que mantinham relações amistosas ou bélicas. Acontecimentos discursivos que não podem ser ignorados quando o assunto em pauta é a ecologia linguística brasileira.

O nheengatu, então, teve seu processo de formação iniciado na segunda metade do século XVII e certamente no início do século XIX, no imenso território do histórico Estado do Grão-Pará, sofreu muitas transformações e já poderia mesmo ter adquirido o *status* de língua primeira entre algumas sociedades indígenas “pacificadas” pelos jesuítas, um processo que vai se estender a gerações sucessivas e chegar aos nossos dias. Nestes procedimentos de apropriação, “reestruturação gramatical” (WHINNOM, 1971), especialmente diante da “imposição da língua portuguesa no território amazônico cabano” (LAVAREDA, 2021), depois dos processos de apagamento de inúmeras línguas ancestrais, é em nheengatu que muitas sociedades indígenas vão reescrever suas cosmologias fraturadas e marcar suas identidades.

Como o gerenciamento do nheengatu saiu das mãos dos jesuítas e passou a ser assumido pelos próprios indígenas, depois da Cabanagem, o português passa a ser a língua de oposição à identidade linguística indígena. O nheengatu, deste modo, passa a ser a língua em que narram suas histórias ancestrais, a “língua boa” que ensinam a seus filhos e netos, dentro das possibilidades políticas a que são expostos. Se a princípio a LGA foi uma invenção e uma estratégia do dispositivo colonial, o nheengatu (e suas transformações) é uma das principais estratégias de ‘burlar’ este dispositivo.

Sabemos que existe uma memória construída historicamente proveniente do governo da língua portuguesa, que insiste em atribuir uma certa perspectiva tecnicista e genérica às línguas indígenas de forma geral, uma das principais delas é se pautar somente nas análises das estruturas linguísticas, outra é lhes negar a possibilidade de produzir suas próprias literaturas. Em relação a estes processos tão múltiplos de (re)constituição do nheengatu, o gerenciamento linguístico mobilizado pelo dispositivo colonial, agora em consonância com as ideias de Bessa Freire, ....

[...] desprezou o quadro multilíngue, suas mudanças e as pistas deixadas pela compreensão do processo histórico. Não acompanhou a evolução do contato interlinguístico e desconheceu o lento processo de hegemonia da língua portuguesa, ignorando as formas e as dificuldades de sua reprodução. Até mesmo a história da Literatura – campo onde a questão poderia ter sido problematizada – deixou de fora as manifestações literárias orais e escritas em língua geral e nas demais línguas indígenas, contentando-se, em alguns casos, em incorporar os estudos filológicos que, numa perspectiva lusófona, limitaram-se a dar conta dos empréstimos lexicais das línguas indígenas ao português falado no Brasil (FREIRE, 2003, p. 196).

O governo da língua portuguesa, cabe destacar ainda, impulsionado pelo dispositivo colonial em uma época de declínio das línguas gerais, fortaleceu um “movimento romântico nativista” que pretendeu registrar os sistemas linguísticos e as histórias tradicionais transmitidas em língua geral. Para Alini da Cruz (2011), *O selvagem*, de Couto de Magalhães ([1876] 1975), e o vocabulário *Nheengatu-português e Português-Nheengatu* (STRADELLI, [1929] 2014) são fortes marcas desse movimento. Entretanto, assim como Márcia Duarte de Oliveira, Maria Zanoli & Marcelo Modolo (2019), não enquadrados *O selvagem* (1975) dentro desta formação discursiva.

[...] A obra de Couto de Magalhães (1975[1876]), cujo subtítulo é “*Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil*”, foi escrita por incumbência de D. Pedro II, devendo corresponder à memória a ser apresentada à Feira Internacional da Filadélfia no ano de 1878 (Couto de Magalhães 2013[1876]: 5), nota editorial. Em um dos muitos trechos acerca do “cruzamento de raças” no Brasil, Couto de Magalhães (1876: 123) assim se refere: “[...] sem robustez física, a inteligência não é sã, a raça branca não pode conservar sua superioridade sem estes cruzamentos providenciais que [...] lhe hão de comunicar esse grau de força de que ela necessita” [...] Assim, por meio desse trecho e de muitos outros constantes na obra (*op cit*), diferentemente de da Cruz (2011: 12), pensamos que não haja um “viés do movimento romântico” na obra de Couto de Magalhães (OLIVEIRA; ZANOLI; MODOLO, 2019, p. 314).

Estes debates, no entanto, são importantes para observarmos outras formas de atuação do dispositivo colonial, em especial, com relação ao *nheengatu*. Nota-se, então, uma agitação interpretativa em que elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Dinâmica que terá reflexo não somente nos resultados obtidos, mas também na maneira como o desenvolvimento científico foi apropriado em uma possível reforma cultural do pensamento de uma dada época.

Apontamos para uma espécie de negociação a qual tenta conciliar memória coletiva e memórias individuais. Neste sentido, há, portanto, um discurso organizado em torno de acontecimentos, conceitos relativamente estabilizados e de personagens célebres que formam, ao longo do tempo, o enquadramento de uma memória conceitual/terminológica que se solidifica na densidade escrita dos fatos destacados em torno de dois eixos principais: o das políticas educacionais oficiais e o das discussões teóricas.

Mesmo que neste artigo não seja nosso objetivo analisar uma das facetas da linguagem - a constituição sintática das sentenças das línguas naturais – cabe aqui mais

uma manifestação da atuação do dispositivo colonial no que diz respeito ao âmbito das políticas educacionais oficiais e das discussões teóricas, a saber: o olhar eurocêntrico, de “formação erudita” de classificação (ou nomeação) de constituintes em uma sentença. Afinal, em muitos registros de uso real da língua é impossível separar a palavra da estrutura sintática. “[...] Nas chamadas línguas polissindéticas, por exemplo, não é possível distinguir palavra de sentença, porque essas duas coisas são uma só: *sahaitsahserunyana – Ele voltou para preparar o peixe (mohawk, língua norte-americana)*” (BAGNO, 2011, p. 443). Com efeito, é mais do que necessário revisitarmos a história de longas e ininterruptas migrações em nosso território, porque a historicidade de nosso passado linguístico é também reflexo da origem dos vários povos que constituíram a Amazônia do início do século XIX.

Na paisagem colonial, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que ela denomina de português geral brasileiro em formação, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afrodescendentes. Dados bem relevantes para a constituição histórica do próprio português brasileiro e, de igual modo, da fratura sofrida pelo nheengatu ao longo da colonização linguística.

**[...] Pode-se até conjecturar que o que na documentação colonial se designa por “usar a língua geral”, “falar a língua geral”, “saber língua geral” refira-se a um português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas.**

Essa idealização está fundada no que sabemos sobre intercomunicação linguística em sociedades multilíngues basicamente ágrafas, como vimos ter sido majoritariamente o Brasil colonial. O percurso histórico do conceito “língua geral” no Brasil teria de ser reconstruído para que se tivesse uma aproximação mais exata dos valores econômicos recobertos pelo significante “língua geral” [grifo nosso] (SILVA, 2004, p. 79).

Logo, a partir das reflexões já propostas, procuramos enfatizar o legado histórico fértil emergente do processo de colonização linguística extremamente marcado pelo ato performativo do uso da língua portuguesa (como artefato de dominação) e (re)descrever o sujeito social cabano a fim de compreendê-lo como heterogêneo, fragmentado e fluido, historicizando-o em uma leitura quase que transdisciplinar...

[...] principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos para compreendermos o mundo atual. Ou como diz Stuart Hall (1996) em relação à teorização pós-colonial: um modo de pensar que tem como objetivo atravessar/violar limites ou tentar “pensar nos limites” ou “para além dos limites”. [...] Talvez, seja mais bem entendida como transdisciplinar, no sentido de que deseja atravessar as fronteiras disciplinares, continuamente se transformando (MOITA LOPES, 2015, p. 19).

É mister lembrar, portanto, que desde a primeira metade do século XX, uma questão sempre alavancada com relação à formação do português brasileiro é a dimensão que este necessita ser estudado também pela constituição sociohistórica plural da brasilidade linguística. Ou seja, os conflitos linguísticos, as tensões discursivas, os vários glotocídios registrados ao longo da história, os inúmeros processos migratórios vividos pelas populações de Norte a Sul do território etc, precisam aparecer de maneira mais expressiva na história e na consolidação das línguas faladas no país, sobretudo, no que foi inventado para nomeá-las. Daí a urgência em visibilizar a presença igualmente indígena, africana e de afrodescendentes na constituição e no possível deslocamento conceitual da LGA na Cabanagem.

Notadamente que hoje temos outras configurações epistêmicas para estes cenários. Assim sendo, entender as mudanças linguísticas, as ressignificações conceituais e as transições de identidades “clássicas” (nações, classes, etnias), que já não nos restringem tanto como antes, às novas estruturas globais, que consideram de outro modo nossos interesses e desejos, é pensar a recomposição das relações sociais e as insatisfações do fim do século XX.

Como mais um nó dessa rede de memória em que se constitui o governo das línguas em nosso país ao longo dos séculos, a espacialização linguística brasileira, atualmente, com base em Terezinha Maher (2013, p. 128), “[...] revela algumas maneiras como falantes – ou simpatizantes – das línguas tornadas minoritárias no país vêm se mobilizando para torná-las visíveis novamente, ajudando a mudar/moldar a ecologia linguística e religiosa do Brasil”.

[...] Um bom exemplo destas dimensões são o *kaingang* (língua falada no Sul do Brasil por grandes comunidades indígenas) e o *nheengatu* (falado em várias regiões do Amazonas e do Pará) e o seus papéis na (re)construção de identidades, entre passado e futuro, mesclando tradições locais e globais de pertencimento linguístico e de visibilidade de cosmologias indígenas. Citamos estas duas línguas, porque estão disponíveis em qualquer *smartphone*

*Motorola* que já tenha recebido o *Android 11*. Instrumentos, portanto, que programados para receberem essa versão também contarão com essas novas opções de idioma. Assim, estas práticas discursivas, de acordo com Stuart Hall (2006, p. 56), tendem a equilibrar “[...] a tentação por retomar glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade” (LAVAREDA, 2022, p. 58).

Posto desta forma, o nheengatu, hoje, representa a rede de sensibilidade linguística de vários povos indígenas da Pan-Amazônia, mas sem dúvida, embora guarde semelhanças com a língua forjada pelos jesuítas, ele se inscreveu e ajudou a escrever outras cosmologias, outras formas de ler o mundo, como mais um traço cultural solidificado por diferentes grupos sociais do território amazônico para fazer valer seus interesses. Até porque “[...] as línguas não são objetos dotados de uma existência material autônoma que se desenvolvem por si mesmos. Uma língua é uma instituição própria a uma coletividade social, e as modificações que ela sofre estão ligadas à história dessa coletividade” (MEILLET, 2020, p. 148).

Abrir novos horizontes para a ampliação do debate sobre determinada nomenclatura/conceito, sobre uma atitude performativa de nomeação, portanto, proporciona um ganho significativo para a consciência da diferença. Elemento chave para a ressignificação de algumas mediações culturais, de alguns estatutos científicos de verdade e, principalmente, de ampliação do sentido quase que restrito dos termos criouliização, língua geral, nos registros da chamada história oficial do Brasil.

Nossa proposta em categorizar o nheengatu dentro de uma outra configuração analítica na Cabanagem tenta também oportunizar, prioritariamente, a revisitação da formação dessa prática discursiva como uma performance linguisticamente autêntica de um “real caleidoscópio cultural” onde o processo “[...] de uma variedade linguística em situação de contato é concebido como variável em seus resultados, em função da gradação de valores de certas variáveis sociais que o estruturam” (LUCCHESI, 2015, p. 95), a fim de que outras ordens do olhar sejam reconhecidas politicamente em um espaço plural de reflexão entre as ideologias da “autenticidade” e do “anonimato” que, comumente, sustentam as investigações sobre as histórias dos sistemas linguísticos da Amazônia brasileira.

## **Considerações finais**

A dimensão de governo das línguas na Província cabana determinou um conjunto de efeitos sociais múltiplos agenciadores de modalidades diversas de exercícios de poder e de saber na Amazônia, como demonstram panoramicamente os tópicos anteriores. Desta maneira, levando em consideração todas as tecnologias governamentais alimentadas na Regência Una de Diogo Feijó no Grão-Pará em chamas (1835-1840), nota-se que o nheengatu ocupou diversas funções ao longo da história de ocupação do território brasileiro.

Movências históricas que traduzem, com bastante rigor, um processo que vai de uma língua “inventada” pelos brancos (no Período Colonial), efetivando-se tempos depois “como uma língua brasileira”, no Império, e atualmente como um sistema marcadamente de resistência e de um modo de viver indígenas, especialmente nas últimas décadas, no alto Rio Negro, médio e baixo Amazonas e no baixo Tapajós.

A partir da análise dos regimes de enunciabilidade até aqui agenciados, então, é fundamental a imersão nas condições de possibilidades históricas em que muitos saberes ficaram sujeitados. Falamos aqui dos conteúdos linguísticos soterrados, saberes ocultados que, segundo Haroldo de Resende (2016, p. 127), “[...] tentam tornar invisíveis o aparecimento de alguns conteúdos históricos (patrimoniais) importantes para algumas interpretações”, porque somente esses conteúdos possibilitariam a descoberta da clivagem das lutas e dos embates que algumas ordens discursivas, impostas pelo imperialismo linguístico europeu, objetivavam esconder sobre a lusitanização de línguas indígenas (ou de matrizes africanas) nesta grande rede de memória que vai da Babel amazônica ao movimento cabano.

Deste modo, tentar evidenciar o nheengatu no período da Cabanagem mergulhado em um processo de crioulização, implicando em possíveis expansões nos níveis estruturais, estilísticos, culturais etc, é, acima de tudo, também demonstrar que esta rede de sensibilidade linguística no decorrer dos séculos adquiriu uma comunidade de falantes nativos e passou a ser utilizada para uma gama cada vez maior de afinidades. Assim, se pensarmos no recorte temporal estabelecido para esta empreitada de escrita, a definição de identidade linguística na Cabanagem é eminentemente social e necessita ser revisitada como um processo sempre em (re)construção.

Características determinantes para inferirmos que o movimento de criouliização no Grão-Pará cabano ocorre através da nativização de um *pidgin*, fazendo com que “[...] as circunstâncias linguísticas enfrentadas pela geração anterior, quaisquer que tenham sido, se tornem irrelevantes para a evolução posterior, no sentido de que a ‘gramática crioula’ que se estabelece é a gramática de uma língua natural (NARO; SCHERRE, 2007, p. 138).

Levantar a hipótese, portanto, de que o nheengatu apresenta traços de uma cosmologia crioula é, de igual modo, reafirmar o caráter político de afirmação ética desta prática discursiva, para fins de definição de dinâmicas territoriais e culturais muito específicas em uma espacialidade altamente pluriétnica e caracterizada historicamente por um multilinguismo generalizado.

Daí a necessidade de estudarmos os legados da Cabanagem, por exemplo, como acontecimentos em que o poder da língua enquanto prática discursiva é fruto de enfrentamentos históricos entre forças divergentes narradoras da multiculturalidade que constitui as subjetividades amazônicas. Logo, operacionalizar outras formas de olhar para a história das diferentes línguas que ajudaram a moldar a ecologia linguística da Província cabana e ainda hoje são faladas por muitos povos (indígenas, quilombolas...) do Brasil, é, fundamentalmente, mergulhar em memórias mais verticalizadas da historiografia do Pará e da constituição plural da história das línguas na América Latina.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COUTO, H. Anti-crioulo. In: **Papia** – Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico. Vol. 02, n. 01, 1992. pp. 71-84.

DEGRAFF, M. Linguist’s Most Dangerous Myth: The Fallacy of Creole Excepcionalism. In: **Language in Society**, n. 35, 2005, pp. 533-591.

FIGUEIREDO, A. Medo, honra e marginalidade: imagens de Jacob Patacho na história e literatura do século XIX. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jan./jun. 2016. pp. 176-195. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MX5hBrSsqkGdQN75MVh3DmxP/?lang=pt> Acesso em: 19.12.2022.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010b.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010c. p. 221-241.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, J. Língua geral amazônica: a história de um esquecimento. In: FREIRE, J.; ROSA, M. (Orgs.). **Línguas gerais**: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. pp.195-209.

GREGOLIN, M. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: contexto, 2012. pp. 33-52

LAVAREDA, W.; NENES, I. Deslocamento linguístico no português do Brasil: a transmissão linguística irregular na Cabanagem. In: **Policromias** – Revista de estudos do discurso, imagem e som. Ano 04, jun., 2019. p. 70-89. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/24916> Acesso em: 12.12.2022

LAVAREDA, W. **O governo da língua na Cabanagem**: (des)encontros coloniais na Amazônia. 2021. Tese de Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

LAVAREDA, W. O governo da língua na modernidade recente. In: **Revista Heterotópica**. V. 4; n. 3, jan.-jun. 2022. p. 44-63. Disponível em: <file:///C:/Users/jesse/Downloads/2+Artigo+64538+-+diagramado+e+revisado.pdf> Acesso em: 16.12.2022.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas** – a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, C. **O selvagem**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

MAHER, T. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAÍDES, C.; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2013. pp. 117-134.

MEILLET, A. **A evolução das formas gramaticais**. Seleção, tradução e notas Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2020.

MOITA LOPES, L. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R.; ROCA, P. **Linguística Aplicada** – um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2015.

NARO, A.; SHERRE, M. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. In: **Revista Moara** – estudos linguísticos, v. 1, n. 57, p. 8-33, Ago-Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>  
Acesso em: 14.12.2022.

NEVES, I; GREGOLIN, M. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. In: **Revista Moara**. Edição 58, Jan-Jul, 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9898> Acesso em: 14.12.2022.

NEVES-CORRÊA, M. **Heterotopias no país do milagre**: os corpos indígenas e as histórias filmadas. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Campos Araraquara), 2018.

OLIVEIRA, M.; ZANOLI, M.; MODOLO, M. O conceito de “língua geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato. In: **Journal of IberoRomance Creoles**. 2019. pp. 306-333. Disponível em:  
[http://media.voog.com/0000/0034/5140/files/JIRC9\\_12\\_Oliveira\\_Zanoli\\_Modolo.pdf](http://media.voog.com/0000/0034/5140/files/JIRC9_12_Oliveira_Zanoli_Modolo.pdf)  
Acesso em: 11.12.2022.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P... [et al.]. **Papel da memória**. Campinas: São Paulo: Pontes Editores, 2007. pp. 49-56.

RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault** – política, pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. pp. 11- 121.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Orgs.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 27-48.

SEVERO, C.; MAKONI, S. **Políticas linguísticas Brasil-África**: por uma perspectiva crítica. Coleção Linguística, vol. 5. Florianópolis: Insular, 2015.

STRADELLI, E. **Vocabulário Nheengatu-português e Português-Nheengatu**. Cotia – São Paulo: Ateliê Editorial, [1929] 2014.

WHINNOM, K. Linguistic hybridization and the “special case” of pidgins and creoles. In: HYMES, Dell (ed.). **Pidginization and creolization of languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. pp 91-115.